



**Prefeitura Municipal de Patrocínio  
Estado de Minas Gerais**

**DECRETO Nº. 4.777 DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

**REGULAMENTA, EM CARÁTER PROCEDIMENTAL, A LEI Nº 5.876, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESJUDICIALIZAÇÃO E SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS, ESTABELECE O RITO ADMINISTRATIVO PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL, DISCIPLINA A ATUAÇÃO DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – CPRAC-PATROCÍNIO, INSTITUI O SEU REGIMENTO INTERNO COMO ANEXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Patrocínio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, VI da Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de definir procedimentos administrativos formais, encadeados, controláveis e transparentes para a aplicação da Política Municipal de Desjudicialização e Solução Consensual de Conflitos;

**CONSIDERANDO**, a necessidade de disciplinar, de forma detalhada, o funcionamento interno e o rito deliberativo da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC-Patrocínio;

**DECRETA**

**CAPÍTULO I**

**DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS OPERACIONAIS**

**Art. 1º** Este Decreto estabelece o rito administrativo obrigatório para a aplicação da Política Municipal de Desjudicialização e Solução Consensual de Conflitos, aplicável:

I – aos conflitos administrativos internos;

II – aos conflitos administrativos externos;



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

III – aos conflitos judicializados, em qualquer fase processual.

**Art. 2º** A solução consensual somente será admitida quando demonstrado, de forma expressa, documentada e motivada:

I – o interesse público qualificado;

II – a vantajosidade econômica e jurídica;

III – a legalidade do ajuste;

IV – a inexistência de vedação legal.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 3º** Toda solução consensual dependerá da instauração prévia de processo administrativo específico, distinto de outros procedimentos, vedada qualquer negociação informal ou paralela.

**Art. 4º** O processo será instaurado mediante requisição formal, que poderá partir de:

I – órgão ou entidade da Administração Municipal;

II – Procuradoria-Geral do Município;

III – determinação do Prefeito Municipal;

IV – provocação externa, devidamente formalizada.

**Art. 5º** A requisição deverá conter, obrigatoriamente:

I – descrição objetiva do conflito;



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

II – identificação completa das partes envolvidas;

III – indicação do estágio do conflito (administrativo ou judicial);

IV – estimativa preliminar de valores, quando houver impacto financeiro.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA FASE DE ADMISSIBILIDADE**

**Art. 6º** Instaurado o processo, a CPRAC-Patrocínio procederá à análise de admissibilidade, verificando:

I – competência do Município para transigir;

II – inexistência de vedação legal expressa;

III – possibilidade jurídica da solução consensual;

IV – enquadramento nos objetivos da Lei nº 5.876/2025.

**Art. 7º** A decisão de admissibilidade será fundamentada e registrada nos autos, podendo resultar em:

I – prosseguimento do procedimento;

II – arquivamento motivado;

III – encaminhamento para outras providências administrativas ou judiciais.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA INSTRUÇÃO TÉCNICA, CONTÁBIL E DE RISCOS**



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

**Art. 8º** Admitido o procedimento, o processo será instruído, obrigatoriamente, com:

- I – relatório técnico circunstanciado, elaborado pela área competente;
- II – manifestação contábil e financeira, indicando impactos orçamentários;
- III – análise de riscos, incluindo probabilidade de êxito judicial e possíveis condenações;
- IV – demonstrativo comparativo entre os custos da continuidade do litígio e da solução consensual.

**Art. 9º** Nenhuma proposta de acordo poderá ser apreciada sem a conclusão integral da instrução prevista neste Capítulo.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA OBRIGATÓRIA**

**Art. 10** Concluída a instrução técnica, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, para emissão de parecer jurídico conclusivo, que deverá analisar expressamente:

- I – a legalidade da transação;
- II – a adequação ao interesse público;
- III – a observância das normas orçamentárias e financeiras;
- IV – a forma juridicamente válida de pagamento;
- V – os riscos residuais ao erário.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

**Art. 11** É vedada a celebração de qualquer acordo sem parecer jurídico favorável e expresse.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA DELIBERAÇÃO PELA CPRAC-PATROCÍNIO**

**Art. 12** A CPRAC-Patrocínio deliberará sobre a proposta de solução consensual com base:

- I – na instrução técnica;
- II – na análise contábil;
- III – no parecer jurídico;
- IV – nos limites decisórios previstos na Lei nº 5.876/2025.

**Art. 13** As deliberações serão formalizadas por ata circunstanciada, contendo:

- I – síntese do conflito;
- II – fundamentos da decisão;
- III – condições do ajuste;
- IV – indicação do nível decisório aplicável.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA AUTORIZAÇÃO SUPERIOR E HOMOLOGAÇÃO**



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

**Art. 14** Quando exigida autorização do Prefeito Municipal ou homologação judicial, o processo somente será encaminhado após deliberação expressa da CPRAC-Patrocínio.

**Art. 15** A ausência de autorização superior invalida qualquer tentativa de formalização do ajuste.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE ACORDO**

**Art. 16** O acordo será formalizado por instrumento escrito, contendo, no mínimo:

- I – objeto detalhado;
- II – obrigações das partes;
- III – prazos e condições;
- IV – forma de pagamento;
- V – cláusulas de controle, fiscalização e penalidades;
- VI – previsão de rescisão e consequências do descumprimento.

**Art. 17** O termo integrará o processo administrativo como peça essencial.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DO PAGAMENTO E DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

**Art. 18** A execução financeira observará rigorosamente o regime jurídico aplicável, sendo vedado:



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

I – pagamento administrativo direto de sentença judicial transitada em julgado;

II – fracionamento indevido de valores;

III – burla ao regime de precatórios ou de requisição de pequeno valor.

**Art. 19** Compete à Procuradoria-Geral do Município indicar, de forma expressa, a modalidade de pagamento cabível.

### **CAPÍTULO X**

#### **DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

**Art. 20** O cumprimento dos acordos será acompanhado pela CPRAC-Patrocínio, com registros periódicos nos autos.

**Art. 21** A Controladoria-Geral do Município exercerá controle permanente, podendo requisitar informações, emitir relatórios e recomendar ajustes ou correções.

### **CAPÍTULO XI**

#### **DO REGIMENTO INTERNO DA CPRAC-PATROCÍNIO**

**Art. 22** Fica instituído, como Anexo Único deste Decreto, o Regimento Interno da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC-Patrocínio, que disciplina o funcionamento interno, o rito deliberativo, as competências operacionais e os procedimentos internos da Câmara.

§ 1º O Regimento Interno integra este Decreto para todos os fins legais.

§ 2º O rito administrativo externo previsto neste Decreto e o rito interno disciplinado no Regimento Interno são complementares e de observância obrigatória.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **CAPÍTULO XII**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23** Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral do Município, ouvida a CPRAC-Patrocínio, observada a Lei nº 5.876/2025 e o Regimento Interno instituído como Anexo a este Decreto.

**Art. 24** É vedada qualquer solução consensual fora do rito estabelecido neste Decreto e no Regimento Interno.

**Art. 25** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio - MG, 06 de janeiro de 2026.

**Gustavo Tambelini Brasileiro**  
**Prefeito Municipal**





## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **ANEXO ÚNICO**

#### **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – CPRAC-PATROCÍNIO**

Instituído nos termos da Lei nº 5.876, de 12 de dezembro de 2025, e do Decreto nº 4.777/2026.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO**

**Art. 1º** A Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC-Patrocínio é órgão técnico, permanente e de natureza administrativa, vinculada à Procuradoria-Geral do Município, com a finalidade de prevenir, administrar e solucionar conflitos por meios consensuais, nos termos da Lei nº 5.876/2025.

**Art. 2º** A atuação da CPRAC observará os princípios da legalidade, motivação, interesse público, economicidade, eficiência, transparência, segurança jurídica e consensualidade qualificada.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO INTERNA**

**Art. 3º** A CPRAC-Patrocínio será composta por:

- I – o Procurador-Geral do Município, que a presidirá;
- II – dois advogados do Município;
- III – dois servidores públicos efetivos e estáveis.

**Art. 4º** O Presidente da CPRAC terá, além do voto ordinário, voto de qualidade, em caso de empate.

**Art. 5º** A participação na CPRAC não gera vínculo funcional novo nem remuneração adicional, sendo considerada atividade institucional relevante.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS COMPETÊNCIAS INTERNAS**

**Art. 6º** Compete à CPRAC-Patrocínio, no âmbito interno:

- I – analisar a admissibilidade das demandas submetidas à política de desjudicialização;
- II – conduzir procedimentos de mediação, conciliação e negociação administrativa;
- III – deliberar sobre propostas de solução consensual;
- IV – aprovar minutas de acordos e termos de ajustamento;
- V – acompanhar a execução e o cumprimento dos ajustes firmados;
- VI – propor orientações administrativas e aprimoramentos normativos;
- VII – elaborar relatórios periódicos de resultados.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO FUNCIONAMENTO E DAS REUNIÕES**

**Art. 7º** A CPRAC reunir-se-á:

- I – ordinariamente, conforme calendário definido pelo Presidente;
- II – extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por requerimento fundamentado da maioria dos membros.

**Art. 8º** As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou virtual, devendo ser lavrada ata circunstanciada, contendo:

- I – data, horário e forma da reunião;
- II – membros presentes;
- III – síntese das deliberações;
- IV – decisões adotadas e respectivos fundamentos.

### **CAPÍTULO V**

#### **DO RITO INTERNO DOS PROCEDIMENTOS**

**Art. 9º** Os procedimentos submetidos à CPRAC observarão, obrigatoriamente, as seguintes fases internas:

- I – recebimento e autuação do processo administrativo;



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

- II – análise de admissibilidade;
- III – instrução técnica, contábil e de riscos;
- IV – manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Município;
- V – deliberação colegiada;
- VI – formalização do ajuste;
- VII – acompanhamento e controle.

**Art. 10** É vedada a supressão ou inversão das fases previstas neste Regimento.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE**

**Art. 11** Na fase de admissibilidade, a CPRAC verificará:

- I – competência do Município para transigir;
- II – inexistência de vedação legal;
- III – pertinência com os objetivos da política municipal;
- IV – viabilidade jurídica inicial da solução consensual.

**Art. 12** A decisão de admissibilidade será formalizada por despacho fundamentado, podendo resultar em:

- I – prosseguimento do procedimento;
- II – arquivamento motivado;
- III – devolução para complementação de informações.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA INSTRUÇÃO E DA ANÁLISE DE RISCOS**

**Art. 13** A instrução do processo deverá conter, no mínimo:

- I – relatório técnico circunstanciado;
- II – manifestação contábil e financeira;
- III – análise de risco de sucumbência e impactos futuros;
- IV – demonstrativo comparativo de custos.

**Art. 14** A CPRAC poderá requisitar diligências, documentos adicionais ou esclarecimentos antes da deliberação final.



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DA DELIBERAÇÃO COLEGIADA**

**Art. 15** Concluída a instrução e juntado o parecer jurídico favorável, a CPRAC deliberará de forma colegiada, observando os limites decisórios previstos na Lei nº 5.876/2025.

**Art. 16** As decisões deverão ser motivadas, explicitando:

- I – o interesse público envolvido;
- II – a vantajosidade da solução consensual;
- III – os riscos assumidos;
- IV – as condições do ajuste.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DA FORMALIZAÇÃO DOS ACORDOS**

**Art. 17** Os acordos administrativos e termos de ajustamento de conduta deverão conter, obrigatoriamente:

- I – identificação das partes;
- II – objeto detalhado;
- III – obrigações e prazos;
- IV – forma de pagamento;
- V – cláusulas de fiscalização, penalidades e rescisão;
- VI – previsão de acompanhamento pela CPRAC.

**Art. 18** O termo assinado integrará o processo administrativo como peça essencial.

### **CAPÍTULO X**

#### **DO ACOMPANHAMENTO E DO CONTROLE**

**Art. 19** A CPRAC acompanhará o cumprimento dos acordos, promovendo registros periódicos nos autos.

**Art. 20** O descumprimento do acordo será comunicado à Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis, administrativas ou judiciais.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **CAPÍTULO XI**

#### **DA TRANSPARÊNCIA E DOS REGISTROS**

**Art. 21** Todos os procedimentos, decisões e acordos deverão ser registrados em sistema próprio ou livro específico, assegurado o acesso aos órgãos de controle.

### **CAPÍTULO XII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 22** É vedada a celebração de qualquer solução consensual fora das regras estabelecidas neste Regimento Interno.

**Art. 23** Os casos omissos serão resolvidos pela CPRAC-Patrocínio, com manifestação da Procuradoria-Geral do Município.

**Art. 24** Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Patrocínio - MG, 06 de janeiro de 2026.

**Gustavo Tambelini Brasileiro**  
**Prefeito Municipal**